



EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 16/2017  
Processo nº 23479.003137/2017-84

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, que por meio de seu Pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 1.297/2016 realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 19 de abril de 2017.

**Horário:** 09h00min (horário de Brasília)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a eventual contratação de **empresa(s) especializa(s) em serviços gráficos (confecção de banners, cartazes, cartilhas, folders, crachás, bloco de anotações, documentos em geral), editoração, comunicação visual e confecção de chaves de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento pelo período de um ano, mediante conformidade, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**
- 1.2. A licitação será em **05 GRUPOS e 03 ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência facultando-se ao licitante a participação em quantos lote e/ou itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõe o GRUPO participante.

### 2. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
  - 2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de "login" e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou



ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.1.1. **Em relação aos grupos 01, 02, 04 e 05 e aos itens 31, 32 e 33, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.**
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.5.1. A vedação da participação de empresas reunidas em consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, situação esta que não se enquadra o presente certame.
- 4.3. É vedada a participação de cooperativas devido à natureza do serviço e pelo modo como será usualmente executado.
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

#### 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e valor total.
- 5.6.2. **Descrição detalhada do objeto: indicado, conforme o Anexo I.**



- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 6.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor global do Grupo / Item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
- 6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



- 6.18. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 6.19. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 6.19.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
- 7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para a licitação, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.11. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.12. **O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 7.13. **Será desclassificada a proposta que:**
- 7.13.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 7.13.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 7.13.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
- 7.13.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 7.13.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com as planilhas orçamentárias anexas a este edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de





- participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF;
  - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
  - 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010
- 8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
  - 8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, **sob pena de inabilitação**, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 8.4. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 8.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br);
  - 8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - 8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
  - 8.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
  - 8.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - 8.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.5. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
- 8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
  - 8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
- 8.6.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.6.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 8.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou grupo/item pertinente.
- 8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a **Qualificação Técnica**, por meio de:
- 8.7.1. Comprovação de aptidão, através de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referente à prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto desta licitação, em relação ao Lote e/ou Item que esteja participando.
- 8.7.1.1. Com o objetivo de fornecer as informações necessárias e suficientes para a avaliação das experiências do licitante, o Atestado de Capacidade Técnica deverá, preferencialmente, conter as informações abaixo:
- Dados de identificação do emitente;
  - Nome e cargo do signatário;
  - Endereço completo do emitente;
  - Período de execução dos serviços ou de vigência do contrato, conforme for o caso;
  - Descrição e quantidades dos serviços/fornecimentos executados;
  - Local e data de emissão;
  - Timbre do emitente.
- 8.7.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, ficando sujeito à diligência/vistoria para confirmação pelo emitente, quando for o caso.



- 8.8. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.9. **Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br).**
- 8.9.1. **Somente após ser declarado habilitado, o licitante deverá remeter os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail, se for o caso.**
- 8.9.2. **Endereço de envio: Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.**
- 8.9.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.12. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.14. **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.**
- 8.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de dos serviços constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos serviços, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 13.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## 14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 14.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 14.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.





- 14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 14.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## **15. DO REAJUSTE**

- 15.1. O preço é fixo e irrevogável.
- 15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## **16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **18. DO PAGAMENTO**

- 18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, após o fornecimento, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo setor competente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 18.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



- 18.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I × N × VP**, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- I = (TX)**
- I =  $\frac{(6 \div 100)}{365}$**
- I = 0,00016438**
- TX = Percentual da taxa anual = 6%**

## **19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 19.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 19.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 19.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 20.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. Não manter a proposta;
- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.3.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) grupo(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, protocolada no Protocolo Central da UNIFESSPA no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 22.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;
  - 22.10.2. ANEXO II – Ordem de Serviço;
  - 22.10.3. ANEXO III – Carta de Apresentação da Proposta;
  - 22.10.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;
  - 22.10.5. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
  - 22.10.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato.

Marabá-PA, 04 de abril de 2017.

**DIONESIA SILVA**  
Pregoeira Oficial  
Portaria nº 1297/2016-GR



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão Eletrônico nº 016/2017

**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA**

(Processo Nº 23479.003137/2017-84)

**23. DO OBJETO**

- 23.1. Contratação de **EMPRESA(S) ESPECIALIZA(S) EM SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, CARTILHAS, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL E CONFEÇÃO DE CHAVES** de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento pelo período de um ano.
- 23.2. Este Termo compõe-se pelos seguintes Grupos:
- 23.2.1. Grupo 01 – Confeção de Blocos de Anotações e Agenda;
  - 23.2.2. Grupo 02 – Impressão de Material Informativo;
  - 23.2.3. Grupo 03 - Impressão e Reprografia de documentos;
  - 23.2.4. Grupo 04 - Impressão de Projetos;
  - 23.2.5. Grupo 05 - Serviço de Chaveiro
  - 23.2.6. Item 31 - Impressão de Material de Comunicação Visual;
  - 23.2.7. Item 32 - Material Promocional;
  - 23.2.8. Item 33 - Instalação de Película de Proteção

**24. JUSTIFICATIVA**

- 24.1. Faz-se necessária a presente contratação de serviços para restituição de saldo dos requisitantes no âmbito da 1ª Agenda de Serviço de 2016. Por determinação da Administração superior, os quantitativos solicitados por determinadas unidades demandantes via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC foram utilizados por outras unidades, para atendimento de Projetos específicos, como PARFOR, PNAIC, PROEXT e PROFLETRAS, cuja execução se tornou urgente em razão do final do exercício financeiro de 2016.
- 24.2. Diante do exposto no subitem anterior, tal contratação de serviços servirá para complementar o saldo dos requisitantes referente à 1ª Agenda de Serviço de 2016 utilizadas pelos projetos citados. Tais requisições são para, especialmente, acatar as demandas da Unifesspa requisitadas em 2016 para utilização em 2017, no que se refere à realização de eventos voltados para a promoção do calendário acadêmico e institucional da universidade pelo período de 01 (um) ano.
- 24.3. Os eventos requerem, em sua maioria, um conjunto de serviços que compreendem: impressão de documentos informativos, confecção de materiais específicos para cada evento, a Secretária de Infraestrutura possui a necessidades de projetos de engenharia tanto para os processos licitatórios quanto para o acompanhamento da execução dos contratos de obras.
- 24.4. A UNIFESSPA não possui os materiais, as ferramentas e nem os profissionais em seu quadro funcional que reúnam as condições necessárias para atender a execução adequada desses serviços, considerados de caráter comum. Por não dispormos de gráfica própria, torna-se necessária a contratação dos serviços de modo a suprir as demandas das unidades administrativas e acadêmicas, no que se refere a serviços gráficos
- 24.5. Não é possível prever fielmente a quantidade de eventos, a quantidade de participantes e os itens da planilha que serão solicitados no decorrer da contratação, pois podem sofrer alterações de acordo com as estratégias de ação da Unifesspa. Além disso, a demanda da universidade por estruturar seus eventos tem aumentado significativamente devido ao seu crescimento e expansão nos últimos tempos. Por esse motivo, escolheu-se a forma Sistema de Registro de Preços, pois a frequente necessidade de fornecimento/contratação dos itens constantes na planilha de formação de preços para realização de um evento, bem como o fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelas unidades requisitantes, torna-se viável esse tipo de contratação.
- 24.6. A Unifesspa constantemente realiza e organiza eventos representativos tais como: feiras, eventos culturais, exposições, seminários e palestras, promoção à saúde do servidor e ações internas necessitando, assim, contratar empresa especializadas para execução dos serviços descritos no objeto desse Termo de Referência.
- 24.7. Para o planejamento deste Termo de Referência e a quantificação dos custos contratuais futuros, levou-se em conta as quantidades estimadas de itens e eventos resultantes de avaliação das prováveis necessidades das Unidades acadêmicas e administrativas da Unifesspa, por meio das requisições inseridas no SIPAC. Cada requisição das unidades levou em consideração a execução de eventos previstos no planejamento institucional, estando de acordo a atividade fim da Unifesspa.

**25. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E FUNDAMENTO LEGAL**

- 25.1. A presente contratação enquadra-se na prestação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, uma vez que não há especificidade inerente à contratação de serviços complexos ou estritamente especificados.





- 25.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 25.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 26. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 26.1. O objeto da presente contratação deste Termo de Referência tem amparo legal nos seguintes regimentos: Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações posteriores; Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23 de maio de 2014, que regulamenta o sistema de Registro de Preços, previsto no art. 15, da Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores e demais legislações complementares cabíveis.

## 27. DAS ESPECIFICAÇÕES, VALORES ESTIMADOS

- 27.1. A quantidade, o local da prestação do serviço e as especificações conforme abaixo:

### 27.1.1. Local de entrega em MARABÁ/PA.

GRUPO 01							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS - PEQUENO	CONFECÇÃO DE BLOCO DE ANOTAÇÕES PERSONALIZADO COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES: 10,7CM X 13,9CM. FOLHAS INTERNAS: EM PAPEL SULFITE 75G, BLOCO TIPO FORMULÁRIO IMPRESSÃO APENAS FRENTE, P/B. CAPA: COLOR, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, PERSONALIZADA COM A LOGOMARCA DO EVENTO. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE	18422	UNIDADE	350	R\$ 7,86	R\$ 2.751,00
2	BLOCO DE ANOTAÇÕES COM 25 FOLHAS - GRANDE, TIPO RECICLADO	CONFECÇÃO DE BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO COM 25 FOLHAS CADA, NAS DIMENSÕES 15X22CM (LXA). AS FOLHAS INTERNAS SERÁ EM PAPEL RECICLADO 75G COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO EM MARCA D'ÁGUA NO CENTRO DAS PÁGINAS, 1X0 CORES. A CAPA SERÁ EM PAPEL RECICLADO 120G/M² COM LOGOTIPO DO EVENTO OU DA INSTITUIÇÃO APLICADO NA CAPA, 4X0 CORES. ACABAMENTO POR BLOCAGEM. CONFORME MODELO APRESENTADO PELA CONTRATANTE. ARTE E LAYOUT A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	600	R\$ 11,92	R\$ 7.152,00
3	CONFECÇÃO DE AGENDA PERMANENTE	CONFECÇÃO DE AGENDA PERMANENTE PERSONALIZADA, FORMATO 15CM X 22CM (LXA). CAPA PERSONALIZADA EM PAPEL COUCHÊ 300G, IMPRESSÃO 4X0. ACABAMENTO EM ESPIRAL. FOLHAS PERSONALIZADAS: 1 DIVISÓRIA PARA CADA MÊS, 4X4 CORES; PAPEL COUCHE 150G; PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO, FOTOS E INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE. COM ATÉ 10 FOLHAS DE INTRODUÇÃO COM INFORMAÇÕES DA CONTRATANTE, 1X1 CORES. MIOLO PADRÃO COM 2 DIAS POR FOLHA (UM DIA NA FRENTE E OUTRO DIA NO VERSO DA FOLHA); 1X1 CORES. GRAMATURA DO MIOLO 75G. NÃO INFORMAR O ANO, FAZER A AGENDA NOS MOLDES DE UMA AGENDA PERMANENTE SEM INFORMAÇÃO DO ANO PARA QUE POSSA SER UTILIZADA POR MAIS DE UM ANO. COM DIAGRAMAÇÃO/CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO EM FORMATO DE AGENDA	18422	UNIDADE	196	R\$ 47,40	R\$ 9.290,40



		INCLUSA NO SERVIÇO. SEM LIMITE DE MATRIZES					
TOTAL GRUPO 01							R\$ 19.193,40
GRUPO 02							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
4	CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ (BRILHO/FOSCO) - OFÍCIO, COLORIDO (03 DOBRAS)	CONFEÇÃO FOLDER, TAMANHO OFÍCIO, MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ BRILHO OU FOSCO 120G. ACABAMENTO COM 03 (TRÊS) DOBRAS. IMPRESSÃO: COLORIDO (4X4 CORES), IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. COM ARTE DISPONIBILIZADA PELO REQUERENTE.	18422	UNIDADE	6076	R\$ 2,66	R\$ 16.162,16
5	CONFEÇÃO DE FOLDER EM COUCHÊ MATTE. TAM. 46X30CM - COLORIDO (04 DOBRAS)	CONFEÇÃO DE FOLDER. MATERIAL: EM PAPEL COUCHÊ MATTE 145 G/M². ACABAMENTO: QUATRO DOBRAS. DIMENSÕES: FORMATO: 46X30 CM. IMPRESSÃO: (4X4 CORES); PRÉ-IMPRESSÃO: PROVA BEST COLOR E CTP.	18422	UNIDADE	520	R\$ 6,65	R\$ 3.458,00
6	CONFEÇÃO DE CARTILHA ENCADERNADA	CONFEÇÃO DE CARTILHA PERSONALIZADA COM ATÉ 16 PÁGINAS CADA EM PAPEL COUCHÊ FOSCO, MIOLO 120G, MEDINDO 15X21. CAPA EM PAPEL COUCHÊ FOSCO DE 150GR EM FSC 4X4. ACABAMENTO EM ENCADERNAÇÃO. ARTE SERÁ DISPONIBILIZADA PELO CONTRATANTE.	18422	UNIDADE	100	R\$ 26,50	R\$ 2.650,00
TOTAL GRUPO 02							R\$ 22.270,16
GRUPO 03							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
7	SERVIÇO DE REPRODUÇÃO (XEROX) P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE	XEROX EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	23167	UNIDADE	500	R\$ 0,81	R\$ 405,00
8	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE	IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	21696	R\$ 2,63	R\$ 57.060,48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

9	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (XEROX) COLORIDA - TIPO A4. SULFITE. FRENTE	XEROX COLORIDA, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	23167	UNIDADE	500	R\$ 3,49	R\$ 1.745,00
10	SERVIÇO DE IMPRESSÃO P/B - TIPO A4. SULFITE. FRENTE E VERSO	IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, EM PAPEL SULFITE 75G. TAMANHO A4, FRENTE E VERSO (PÁGINA ÍMPAR E PÁGINA PAR). DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	30000	R\$ 0,99	R\$ 29.700,00
11	IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS - TIPO A4, EM COUCHÊ	IMPRESSÃO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, EM PAPEL COUCHÊ FOSCO OU BRILHOSO 170G/M, 4X1 CORES, TAMANHO A4. A ARTE E A LISTAGEM DOS PARTICIPANTES SERÃO ENVIADAS PELO CONTRATANTE.	18724	UNIDADE	4000	R\$ 4,00	R\$ 16.000,00
TOTAL GRUPO 03							R\$ 104.910,48
GRUPO 04							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
12	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA TIPO A1 P/B	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A1, PRETO E BRANCO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 10,34	R\$ 1.551,00
13	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA TIPO A0 P/B	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A0, PRETO E BRANCO.	23140	UNIDADE	100	R\$ 15,56	R\$ 1.556,00
14	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA TIPO A2 P/B	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A2, PRETO E BRANCO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 5,70	R\$ 855,00
15	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA TIPO A3 P/B	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A3, PRETO E BRANCO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 3,90	R\$ 585,00
16	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA TIPO A2 COLORIDO	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A2, COLORIDO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 6,38	R\$ 957,00
17	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A0, COLORIDO.	23140	UNIDADE	100	R\$ 17,96	R\$ 1.796,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	TIPO A0 COLORIDO						
18	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/AR- QUITETURA TIPO A1 COLORIDO	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A1, COLORIDO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 11,92	R\$ 1.788,00
19	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/AR- QUITETURA TIPO A3 COLORIDO	IMPRESSÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PELO SISTEMA DE AUTOCAD OU SIMILAR DE TRAÇADOS, NO TAMANHO DA FOLHA A3, COLORIDO.	23140	UNIDADE	150	R\$ 4,95	R\$ 742,50
20	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A3. SULFITE. FRENTE	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A3, APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	50	R\$ 10,75	R\$ 537,50
21	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A0. SULFITE. FRENTE	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A0 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
22	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A1. SULFITE. FRENTE	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A1 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	50	R\$ 19,34	R\$ 967,00
23	SERVIÇO DE IMPRESSÃO COLORIDO - TIPO A2. SULFITE. FRENTE	SERVIÇO DE IMPRESSÕES DE DESENHOS TÉCNICOS, IMAGENS OU MAPAS, CORES: 4X0 (COLORIDO), TAMANHO A2 APENAS FRENTE, DE ACORDO COM MATERIAL ENTREGUE PELO CONTRATANTE. SEM LIMITE DE MATRIZES.	16764	UNIDADE	50	R\$ 18,67	R\$ 933,50
TOTAL GRUPO 04							R\$ 14.018,50
GRUPO 05							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
24	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CÓPIA DE CHAVE SIMPLES	SERVIÇO CONFECÇÃO DE CÓPIAS DE CHAVE COMUM DE PORTA EXTERNA COM EMPREGO DO MATERIAL	5436	UNIDADE	1500	R\$ 5,67	R\$ 8.505,00
25	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CONFECÇÃO DE CHAVE SIMPLES A PARTIR DO MIOLO	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CHAVE SIMPLES A PARTIR DO MIOLO COM EMPREGO DE MATERIAL	5436	UNIDADE	150	R\$ 13,34	R\$ 2.001,00





26	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA ABERTURA FECHADURAS/PORTAS	SERVIÇO DE ABERTURA DE PORTA COM FECHADURA SIMPLES	5436	UNIDADE	150	R\$ 21,67	R\$ 3.250,50
27	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CÓPIA DE CHAVE CODIFICADA - VEÍCULOS	SERVIÇO CONFECÇÃO DE CÓPIA DE CHAVE CODIFICADA PARA VEÍCULOS COM EMPREGO DO MATERIAL	5436	UNIDADE	15	R\$ 173,34	R\$ 2.600,10
28	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CÓPIA DE CHAVE SEM CODIFICAÇÃO - VEÍCULOS	SERVIÇO CONFECÇÃO DE CÓPIA DE CHAVE SEM CODIFICAÇÃO PARA VEÍCULOS COM EMPREGO DO MATERIAL	5436	UNIDADE	15	R\$ 33,34	R\$ 500,10
29	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CONFECÇÃO DE CHAVE A PARTIR DO MIOLO - SEM CÓDIGO	MODELAGEM DE CHAVE DE VEÍCULO SEM CÓDIGO	5436	UNIDADE	15	R\$ 61,67	R\$ 925,05
30	SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA CONFECÇÃO DE CHAVE A PARTIR DO MIOLO - COM CÓDIGO	MODELAGEM DE CHAVE DE VEÍCULO COM CÓDIGO	5436	UNIDADE	15	R\$ 250,00	R\$ 3.750,00
TOTAL GRUPO 05							R\$ 21.531,75
ITEM 31							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
31	CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA	CONFECÇÃO DE BANNER. MATERIAL: LONA 440 GRS BRILHO IMPRESSÃO 1440 DPI, DIGITAL COLORIDA COM QUALIDADE FOTOGRÁFICA EM APENAS UM LADO (4X0 CORES). CORDÃO DE NYLON E BASTÃO DE MADEIRA NA PARTE SUPERIOR E NA PARTE INFERIOR COM TAMPA DE PROTEÇÃO PLÁSTICA NAS BORDAS. O CONTEÚDO DO TEXTO E TAMANHO A SER DEFINIDO PELO REQUISITANTE.	18422	M²	78	R\$ 124,00	R\$ 9.672,00
TOTAL ITEM 31							R\$ 9.672,00
ITEM 32							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
32	CONFECÇÃO DE CANETA PERSONALIZADA	CONFECÇÃO DE CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA, TIPO ECOLÓGICA, COM ACIONADOR PLÁSTICO RETRÁTIL, PONTEIRA EM PLÁSTICO, CORPO 100% EM MATERIAL RECICLADO, CARGA NA COR AZUL DE LONGA DURAÇÃO, ESCRITA GROSSA, COM RESPIRADOR E CLIP PARA FIXAÇÃO NO BOLSO, DIMENSÕES: ENTRE 14CM E 14,6CM DE COMPRIMENTO E DIÂMETRO ENTRE 01CM E 1,3CM. IMPRESSÃO: SERIGRAFIA	18422	LOTE	45	R\$ 365,00	R\$ 16.425,00



		(SILKSCREEN), CORPO ATÉ 4 CORES. ARTE A SER ENVIADA PELA CONTRATANTE. <b>LOTE COM 100 UNIDADES.</b>					
TOTAL ITEM 32							R\$ 16.425,00
ITEM 33							
ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO DETALHADA MATERIAL	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
33	INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULAS ARQUITETÔNICAS DE CONTROLE SOLAR COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO PARA INSTALAÇÃO. CARACTERÍSTICAS: ESCURECIMENTO INTERNO DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), RESISTENTE A RISCOS E BLOQUEIO DE RADIAÇÃO UV, REFLEXIVA/ESPELHADA.	5584	M2	150	R\$ 64,90	R\$ 9.735,00
TOTAL ITEM 33							R\$ 9.735,00
TOTAL GERAL							R\$ 217.756,29

- 27.2. Valor médio Unitário – corresponde ao valor unitário máximo que a Unifesspa, se dispõe a pagar por item, em conformidade com o inciso X, do artigo 4.º, da Lei 10.520/2002.
- 27.3. Para a contratação do objeto deste Termo de Referência, **foi estimado o valor global dos lotes e do item apresentados neste Termo de Referência em R\$ 217.756,29 (Duzentos e Dezesete Mil Setecentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte e Nove Centavos)**, pelo período de 12 (doze) meses, obtidos através de pesquisa de mercado, sendo os máximos unitários aceitos para a contratação conforme disposto na tabela acima.
- 27.4. Nos preços propostos deverão constar todas as despesas diretas e indiretas envolvidas, tais como tributos, fretes e taxas de toda e qualquer natureza, combustíveis e lubrificantes, custos e encargos para prestação do serviço ou entrega.

## 28. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 28.1. PRODUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS

- 28.1.1. Na realização de cada trabalho, o critério de impressão a ser adotado será o sistema off-set, observadas as especificações, as tiragens e os prazos indicados nas respectivas ordens de serviço e de acordo com as descrições dos itens, conforme a tabela disposta no item 5.1 deste Termo de Referência.
- 28.1.2. Para o sistema de impressão policromática no sistema off-set deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos: impressão em papel; registro frente/verso com precisão; área útil de impressão de 64cm x 94cm; embalagem dos materiais impressos de acordo com os critérios estabelecidos pela Unifesspa.
- 28.1.3. A produção final de todos os trabalhos será efetuada nas instalações da CONTRATADA..
- 28.1.4. Além da impressão, as atividades a serem executadas pela CONTRATADA abrangem:
- 28.1.4.1. Produção de provas gráficas. Deve-se considerar como prazo para envio à Unifesspa não superior à 03 (três) dias, após a data da OS/arte enviada;
- 28.1.4.2. Acabamento dos materiais impressos;
- 28.1.4.3. Empacotamento dos materiais impressos, para distribuição em embalagens de até no máximo 20 kg;
- 28.1.4.4. Entrega dos materiais devidamente embalados nas dependências da Unifesspa conforme o prazo e local estabelecido no item 7 e dispostos na OS.
- 28.1.5. Os trabalhos a serem impressos serão disponibilizados pela Unifesspa à CONTRATADA, preferencialmente em mídia digital.
- 28.1.6. Os trabalhos a serem impressos serão disponibilizados pela Unifesspa à CONTRATADA, preferencialmente em mídia digital.
- 28.1.7. O sistema de impressão deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos, tanto em monocromia quanto em policromia:
- 28.1.7.1. Impressão de documentos a partir de arquivos digitais, transferidos por meio de rede eletrônica, preferencialmente;
- 28.1.7.2. Impressão de documentos a partir de arquivos digitais, transferidos por meio de rede eletrônica, preferencialmente;



- 28.1.7.3. Impressão em papéis de gramaturas devem levar em consideração, no mínimo, àqueles especificados na descrição do serviço, dispostos na tabela conforme o item 5.1 deste Termo de Referência;
- 28.1.7.4. Redução e ampliação;
- 28.1.7.5. Impressão duplex automática em folhas de até 29,7cm x 43,2cm;
- 28.1.7.6. Registro frente/verso com precisão, nos casos de publicações periódicas e de trabalhos que requeiram esse grau de precisão;
- 28.1.7.7. O processo de acabamento deverá atender aos diversos tipos de impressos usados pela Unifesspa que serão determinados na Ordem de Serviço.
- 28.1.8. Todos os custos com consumíveis e suprimentos necessários nos processos de impressão off-set, incluindo as fases de acabamento e de embalagem, serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão estar de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes desses produtos, bem como, os custos decorrentes da entrega do material produzido à Unifesspa.
- 28.2. IMPRESSÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E PROMOCIONAL (Item 31)**
- 28.2.1. Será entregue em mídia digital o arquivo final do material a ser confeccionado, para a empresa ganhadora;
- 28.2.2. O processo de confecção dos materiais, estará sob acompanhamento e supervisão de um servidor designado da Unifesspa para aferição do conjunto de requisitos exigidos.
- 28.2.3. Antes da impressão total dos exemplares, a Empresa vencedora deverá disponibilizar à Unifesspa 1 (uma) "prova digital" (por título), o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo Servidor da Unifesspa designado, no prazo de até 03 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento do arquivo digital.
- 28.2.4. Após aprovação e liberação da Unifesspa, o material será confeccionado.
- 28.2.5. Concluída a confecção, ocorrerá o processo de entrega (sob acompanhamento do Servidor da Unifesspa designado), observando-se o disposto no item 7.3.
- 28.2.6. Para o item 31 - impressão de material de comunicação visual, item é dimensionados em m², porém na Ordem de Serviço será informado também o tamanho (AxL) correspondente.
- 28.2.7. A qualidade da impressão deve ser adequada ao arquivo enviado para impressão, que não deverá ser inferior à 300 dpi.
- 28.3. SERVIÇO DE CHAVEIRO (Grupo 05)**
- 28.3.1. Para os serviços de CHAVEIRO, o fornecedor ficará responsável pelo recolhimento e entrega das peças, que deverá atender no prazo máximo, de acordo com a situação, conforme previsto no item 7.4;
- 28.3.2. Os serviços serão executados SOB DEMANDA, por solicitação do responsável pela SINFR (Secretaria de Infraestrutura) ou servidor designado pela Unifesspa, por meio de e-mail e telefone, através da Ordem de serviço
- 28.3.3. Os serviços discriminados no Grupo 14 – Serviços de Chaveiro, contemplam cópia de chaves, chave para auto, troca de fechadura, abertura de portas e gavetas, confecção de chave pelo cilindro (miolo) com ou sem codificação, conforme discriminado no item 5.1
- 28.4. INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO (Item 32)**
- 28.4.1. A execução deverá ser feita por profissional habilitado e este deverá estar munido de EPI's referente ao serviço a ser prestado. Neste sentido a DINFR (Diretoria de Infraestrutura) observará se os requisitos de segurança estão sendo atendidos, além de orientar, se for o caso, sobre àqueles que não estiverem dentro dos padrões adequados de segurança.
- 28.4.2. A prestação de serviço de instalação de película de proteção será aplicada em vidros lisos para controle de luminosidade arquitetônica.
- 28.4.3. O serviço compreende: aplicação de filme plástico fumê reflexiva/espelhado, com escurecimento interno de 75%. A película deve apresentar selo de certificação de qualidade e durabilidade, com garantia de 03 (três) anos, pelo menos, contra desbotamento espontâneo da película e com resistência comprovada para proteção à ação dos raios UV.
- 28.4.4. A prestação do serviço prevê o fornecimento do material e mão de obra pela contratada.
- 28.5. A especificação do substrato (material) que será utilizado nos serviços dispostos neste Termo de Referência, poderá ser alterado, mediante consulta e autorização do servidor designado da Unifesspa, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor registrado em Ata do item.
- 28.6. Deve-se observar o prazo para a execução da arte finalização, diagramação e editoração, conforme está previsto no item 7.3.1.1 deste Termo de Referência. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à Unifesspa para produção do material solicitado.

## **29. INFORMAÇÕES SOBRE O PRAZO DE ENTREGA**

- 29.1. As solicitações serão realizadas conforme demanda da Unifesspa, mediante comunicação formal por meio de Ordem de Serviço. (OS). O prazo da vigência da Ata é 12 (doze) meses.
- 29.2. A prestação do serviço será executada de forma parcelada e de acordo com a necessidade da Unifesspa. Deve-se levar em consideração as especificações para a prestação de cada serviço apresentado neste Termo de Referência.
- 29.3. **O prazo de entrega dos serviços é de até 15 (quinze) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, em remessa parcelada. O endereço da entrega será informado na Autorização de Fornecimento enviada ao Fornecedor.
- 29.3.1. Neste prazo de entrega está incluído o prazo para prova digital, que não poderá ser superior à 03 (três) dias úteis. Após aprovação da Unifesspa, o prazo previsto no item 7.3 volta a ser contado.



- 29.3.2. Para os itens, cuja a arte esteja inclusa na execução do serviço, o prazo de entrega será de 15 (quinze) dias após o aceite da arte pelo requisitante.
- 29.3.2.1. Nesses casos, o Fornecedor possuirá até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e Empenho, para apresentar ao requisitante arte para aprovação, inclusive, neste prazo, deve-se considerar a readequação da arte, se necessário.
- 29.3.2.2. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à UNIFESSPA para produção do material solicitado.
- 29.3.3. Para fim de elaboração das planilhas de formação de preços, deve-se tomar como referência o local de entrega Marabá/PA o endereço de um dos três campi existentes na cidade:
- 29.3.3.1. Campus I: Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/nº - Nova Marabá, Marabá - PA, 68507-590.
- 29.3.3.2. Campus II: Folha 17, Quadra 04, Lote Especial, s/nº - Nova Marabá, Marabá - PA, 68505-590.
- 29.3.3.3. Campus III: Rod. BR-230 (Transamazônica), Loteamento Cidade Jardim, Av. dos Ipês, s/nº - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68500-000.
- 29.4. O Prazo de entrega (atendimento) para os itens do Grupo 5 – Serviço de Chaveiro, será conforme o status do atendimento, no prazo máximo:
- 29.4.1. Até 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento dos chamados dos Serviços Ordinários;
- 29.4.2. Até 04 (quatro) horas depois de acionada, para atender eventuais solicitações consideradas e identificadas pela DINFRA (Diretoria de Infraestrutura) como URGENTE;
- 29.4.3. Até 02 (duas) hora, após acionada para atender chamadas identificadas pela DINFRA (Diretoria de Infraestrutura) como EMERGENTE, visando atender locais onde se encontrem pessoas impedidas de sair e situações de risco à vida, se for o caso;
- 29.5. O fornecedor deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias para os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.
- 29.5.1. Este prazo será reduzido em até 2 (duas) horas em se tratando dos itens do grupo 5 – serviços de chaveiro.

### 30. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 30.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 30.1.1. Todos os materiais, equipamentos, utensílios e veículos para transporte utilizados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços com segurança e eficiência, deverão ser fornecidos e de propriedade da Contratada.

### 31. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 31.1. Os serviços serão executados de acordo com as necessidades desta Universidade, mediante notificação à Contratada, por meio de Ordem de Serviço (OS), no prazo 15 (quinze) dias ou de horas de antecedência, conforme o caso especificado nos itens 7.3, 7.4 e 7.5, respeitado o prazo para aprovação da arte, quando couber.
- 31.2. Os objetos serão recebidos provisoriamente imediatamente, após efetuada a entrega para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo (a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 31.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 31.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 31.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 31.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 31.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 31.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 32. DO PAGAMENTO

- 32.1. O pagamento da contratada pela prestação dos serviços objeto deste presente Termo de Referência será efetuado conforme serviços prestados, em moeda corrente, através de ordem bancária via SIAFI, até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela Unifesspa, sem juros e atualização monetária, emitida em nome da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, situada à Folha 31, Quadra 07, Lote Especial, s/n.º, Bairro Nova Marabá, Marabá, PA, CEP 68507-490, devidamente aceita e atestada por servidor designado para tal finalidade;





- 32.2. Os pagamentos serão efetivados por meio de emissão de Ordem Bancária, feita através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, até a data do vencimento, via Banco do Brasil, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;
- 32.3. Os pagamentos serão efetuados somente após as Notas Fiscais ou Faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal de Contrato e ter sido verificado a regularidade da Contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, para a comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos Federais e Estaduais;
- 32.3.1. O respectivo documento de consulta ao SICAF deverá ser anexado ao Processo de Pagamento. Caso seja constatada a não regularidade fiscal, o pagamento será suspenso até a devida regularização da situação da Contratada junto ao Sistema.
- 32.4. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON LINE), devendo a contratada estar com sua documentação obrigatória válida;
- 32.4.1. Os bens ou serviços efetivamente entregues ou realizados devem ser pagos, ainda que conste irregularidade do fornecedor do SICAF, conforme parecer PGFN/CJU 401, de 23 de março de 2000 (Mensagem 060789/05/10/2010 – Coordenação Geral de Normas SLTI/DLSG);
- 32.4.2. Constatada a situação de irregularidade da contratada junto ao SICAF, deve-se providenciar sua advertência, por escrito, no sentido de que, em prazo exequível (desde de logo determinado), a contratada regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, com a possibilidade de prorrogação do prazo a critério da Administração Pública (Mensagem 060789/05/10/2010 – Coordenação Geral de Normas SLTI/DLSG).
- 32.5. O pagamento poderá ser provisoriamente suspenso em decorrência de erros e/ou vícios na Nota Fiscal/Fatura, o que implicará na pronta e imediata correção e adequação contratual, por parte da Contratada, para a devida liberação, ou até mesmo por espera de resolução de atendimento, caracterizando penalidade pelo descumprimento de obrigação contratual;
- 32.6. A Contratante reserva-se o direito de se recusar a efetuar o pagamento se, no ato da liquidação, o fornecimento realizado e/ou a prestação dos serviços, por parte da Contratada, estiverem, sob qualquer aspecto, em desacordo ou em desconformidade com os termos e condições contratuais, devidamente documentadas pelo Fiscal do Contrato;
- 32.7. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira por parte desta, seja em virtude de penalidade, indenização, inadimplência contratual ou qualquer outra de sua responsabilidade;
- 32.7.1. A critério da Contratante poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da Contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.
- 32.8. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e sua sucessora, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 32.9. A Empresa ao emitir a Nota Fiscal, deverá esta estar em conformidade com a Nota de Empenho e Contrato, devendo discriminar no corpo do documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidas na operação com o intuito de atender a determinação da Instrução Normativa IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa IN SRF nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, que trata da retenção de Impostos e Contribuições Federais;
- 32.10. Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 4º, da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012;
- 32.11. Caso a Unifesspa não promova, por sua culpa, o pagamento no prazo pactuado e em observância ao disposto na alínea “d” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, o valor a ser pago será corrigido monetariamente, adotando-se a seguinte fórmula:
- $$EM = N \times VP \times I$$
- Onde:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
- $$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
- TX = Percentual da Taxa Anual – 6% (seis por cento).
- 32.12. No caso de reembolso à Unifesspa de valores referentes a prestação dos Serviços de Locação de Aeronaves não executados, estes deverão ser utilizados de acordo com as suas necessidades, podendo



inclusive ser abatido em faturas emitidas pela contratada ou serem devolvidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando não se observar no decorrer dos 30 (trinta) dias, necessidades de realização de despesas, objeto do Termo de Referência;

- 32.13. A Contratante se reserva ao direito de exigir da Contratada, em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias e com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

### 33. DO ATESTO DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS

- 33.1. O atesto das Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos fornecimentos do Objeto deste Termo de Referência, será efetuado por servidor(es) devidamente designados e nomeados pela chefia da Unifesspa para este fim.

### 34. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 34.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará):
- 34.1.1. Efetuar o registro do(s) fornecedor(es) vencedor(es) da futura licitação e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
  - 34.1.2. Receber mensalmente a Nota Fiscal/Fatura correspondente a prestação dos serviços prestados no mês, da qual deverá constar a indicação da prestação dos serviços prestados/realizadas nas quantidades requisitadas e os preços unitários e totais do evento, devendo o fiscal do contrato proceder a conferência dos dados nela constantes, dando o aceite e encaminhando para o pagamento, observadas as condições regulares para tal execução e rejeitar, no todo ou em parte, a cobrança dos serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
  - 34.1.3. Efetuar o pagamento ao fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços, quando da sua contratação, de acordo com os preços, os prazos e as condições estipuladas neste Termo de Referência e Edital;
  - 34.1.4. Promover por meio de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite quando a prestação dos serviços atenderem a este Termo de Referência ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas neste Termo de Referência;
    - 34.1.4.1. A existência da fiscalização por parte da contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da contratada no decorrer da prestação do serviço.
  - 34.1.5. Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
  - 34.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
  - 34.1.7. Solicitar os serviços apenas e tão somente por Ordem de Serviço assinado por representante designado para tal ação;
  - 34.1.8. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
  - 34.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  - 34.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 35. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 35.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/1993, são obrigações da licitante vencedora:
- 35.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  - 35.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 35.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 35.1.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
  - 35.1.5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



- 35.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 35.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 35.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 35.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **36. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 36.1. Não será permitido a subcontratação.

#### **37. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 37.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **38. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 38.1. Ficará a cargo de servidores da Unifesspa, nomeados através de Portaria, ao qual competirá dirimir dúvidas que surgirem, conforme Art. 67, da Lei 8666/93;
- 38.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 38.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 38.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 38.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 38.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 38.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 38.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 38.9. A Beneficiária de que trata os itens acima não exclui e nem reduz a responsabilidade da Licitante Beneficiária da Ata de Registro de Preços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnica, vícios redibitórios, ou emprego de equipamentos inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Unifesspa ou de seus agentes e prepostos, conforme dispõe o Art. 70, da Lei nº 8.666/93.

#### **39. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA**

- 39.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições (art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013):
  - 39.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva (Inciso I, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014);
  - 39.1.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (Inciso II, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014);



- 39.1.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços (Inciso III, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014).
- 39.1.4. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações (Inciso IV, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014).
- 39.2. O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 (§ 1º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014).
- 39.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva (§ 2º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014):
- 39.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 (§ 3º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014);
- 39.5. O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame (§ 4º, do art. 11, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013 - Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014);
- 39.6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III, do § 3º, do art. 15, da Lei nº 8.666, de 1993 (art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 39.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 39.8. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 2º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 39.9. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 3º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 39.10. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços (§ 4º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013).

#### **40. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

- 40.1. A utilização da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão (§ 1º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes (§ 2º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 18.1., conforme dispõe o artigo 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens constantes deste Termo de Referência e Edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes (§ 3º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata (§ 6º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.7. É competência do órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador (§ 7º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 40.8. É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual (§ 8º, do art. 22, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);





- 40.9. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal (§ 9º, do art. 22, do Decreto 7.892/2.013, de 23 de janeiro de 2.013).

#### 41. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 41.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 41.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 41.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 41.1.3. Fraudar na execução do contrato;
  - 41.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 41.1.5. Cometer fraude fiscal;
  - 41.1.6. Não manter a proposta.
- 41.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Executar os serviços fora do prazo estabelecido.	1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do serviço não realizado, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Comportar-se de modo inidôneo.	2. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Fizer declaração falsa.	4. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Apresentar documentação falsa.	6. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	8. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 9. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 10. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	11. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total.	12. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 13. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
Inexecução parcial do objeto.	14. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (ano) ano. 15. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

- 41.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 41.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- 41.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 41.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 41.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 41.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
- 41.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **42. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO ORIUNDO DELA**

- 42.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, com efeitos legais após publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, não sendo admitida a prorrogação de sua vigência em atendimento ao Inciso III, do Artigo 15, da Lei 8.666/93 e na forma do caput do artigo 12, do Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013;
- 42.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preço, inclusive o acréscimo de que trata o Parágrafo 1º, do artigo 65, da lei 8.666/93 (§ 1º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 42.3. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no artigo 57, da lei nº 8.666/93 (§ 2º, do art. 12, do Decreto 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013);
- 42.4. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- 42.5. O contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, com efeitos legais a partir da data da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, podendo ter seu prazo prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

#### **43. DOS CASOS OMISSOS**

- 43.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/1993 e o Código de Defesa do Consumidor, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

#### **44. DA PUBLICAÇÃO**

- 44.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do instrumento contratual, em forma de extrato, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.



ANEXO II

ORDEM DE SERVIÇO

Marabá, ..... de ..... de 20.....

Processo Nº 23479.003137/2017-84

Ref.: Pregão Nº 16/2017

Assunto: Prestação dos serviços de \_\_\_\_\_

À firma: \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a),

Em decorrência do processo Licitatório nº \_\_/20\_\_ Modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço em Ata, para execução dos serviços de \_\_\_\_\_, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº \_\_\_\_\_, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.S.ª, a execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até \_\_\_\_\_ (por extenso), a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho. Local de entrega / execução: \_\_\_\_\_.

Contato: \_\_\_\_\_, Data do Evento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_ às \_\_\_\_.

De acordo com Edital, a prestação do serviço deverá ser \_\_\_\_:\_\_\_\_h antes do evento. Para comunicação e confirmação de Prova/arte, e-mail: \_\_\_\_\_

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da execução dos serviços, bem como, consulta "online", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.S.ª, informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na execução dos serviços, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Ordem de Serviço, calculada sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.S.ª, que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_/201\_\_ implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.S.ª. a por o "De acordo", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no (94) 2101-XXX ou ainda por e-mail no endereço [XXXXX@unifesspa.edu.br](mailto:XXXXX@unifesspa.edu.br).

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX  
Cargo / Setor  
Fiscal

De acordo,

Em: ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa



**ANEXO III**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

(COM TIMBRE DA EMPRESA PROPONENTE)

À

Divisão de Compras e Serviços DICS/Unifesspa

Pregão Presencial nº 16/2017

Processo: Nº -23479.003137/2017-84

Prezado Sr.

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para serviços gráficos (confecção de banners, cartazes, cartilhas, folders, crachás, bloco de anotações, documentos em geral), editoração, comunicação visual e confecção de chaves, de acordo com as especificações deste termo e seus anexos, visando atender as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pelos seguintes valores:

- **VALOR GLOBAL: R\$ \_\_\_\_\_** (valor por extenso) (*considere aqui a somatória dos grupos e / ou itens que participou*)
  1. Quanto aos valores referente aos **Lotes xx à xx e Itens:** (*Considere aqui o valor total dos itens de cada Lote que participou e dos itens fora de grupo que emitirá proposta*)
- **GRUPO X1 - VALOR GLOBAL: R\$ \_\_\_\_\_** (valor por extenso).
- **GRUPO X2 - VALOR GLOBAL: R\$ \_\_\_\_\_** (valor por extenso).
- **ITEM X1 - VALOR GLOBAL: R\$ \_\_\_\_\_** (valor por extenso).
- 2. Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com fretes e materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme especificações constantes do Edital.
- 3. Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da Fiscalização da Unifesspa, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, em conformidade com as especificações.
- 4. Informamos que **o prazo de validade de nossa Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data de abertura da licitação.
- 5. Por fim, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

Local e Data.

(Razão Social / CNPJ)

(Assinatura do Representante legal da Licitante)

(Nome completo do Representante)

(CPF do Representante)



**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)**

À

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pregão Eletrônico para SRP: 16/2017 – Pregoeiro XXXX

Processo: Nº 23479.003137/2017-84

Razão social da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ [ Ramal: \_\_\_\_ ] | Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ | Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_; Agência: \_\_\_\_\_; C/C: \_\_\_\_\_

Representante da empresa:

Nome: \_\_\_\_\_; Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;

Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, pelo Órgão Expedidor \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, que desempenha a função de \_\_\_\_\_.

E-mail: \_\_\_\_\_

GRUPO X					
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
X1					
X2					
VALOR TOTAL DO GRUPO X (R\$)					
ITENS					
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
X3					
X4					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

VALIDADE DA PROPOSTA	60 dias
DECLARAMOS QUE NOS NOSSOS PREÇOS COTADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, FRETE, TRIBUTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, TRANSPORTE E SEGURO ATÉ O DESTINO, LUCRO E DEMAIS ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTES EDITAIS E SEUS ANEXOS, NADA MAIS SENDO VÁLIDO PLEITEAR A ESSE TÍTULO.	

Assinatura

**OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO “CONFORME O EDITAL”.**





ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, LIVROS, LIVRETOS, CARTAZES, CARTILHAS, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL E CONFEÇÃO DE CHAVES, CELEBRADA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA E A (NOME DA EMPRESA) NA FORMA ABAIXO.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Bairro Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.657.063.0001-80, doravante denominada de UNIFESSPA, neste ato representada pelo(a) Magnífico(a) Reitor(a), XXXXXXXXXXXX, designado pelo Presidente pela portaria MEC Nº xxxx de xx de xxxx de 201x, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxx, e CI nº xxxxxxxx e a EMPRESA FORNECEDORA com endereço na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_ na RUA \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CGC/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada EMPRESA FORNECEDORA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, portador do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, e da CI nº \_\_\_\_\_, RESOLVEM celebrar a presente Ata, decorrente do Pregão Eletrônico nº 0XX/2017 (SRP), para Registro de Preço, do tipo Menor Preço, constante do Processo nº 23479.003137/2017-84, publicada no ..... de ...../...../20....., registrando os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, LIVROS, LIVRETOS, CARTAZES, CARTILHAS, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL E CONFEÇÃO DE CHAVES, a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, especificados nos grupos e 01 à 15 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 0XX/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta pela empresa (identificação completa) é de R\$ ..... (valor por extenso), conforme planilha de preços e quantitativos abaixo:

Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
LOTE X					
Item	Descrição do Serviço	UND	QUANT	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
TOTAL DO LOTE X (R\$)					
TOTAL GERAL (R\$)					

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DOS PREÇOS

- 3.1. Esta Ata de Registro de Preço, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOU, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
- 3.2. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa FORNECEDORA assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, o fornecimento do produto objeto da Ata e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.



- 3.3. A contratação decorrente deste Registro de Preço será formalizada pela emissão da Nota de Empenho, que será enviada à empresa FORNECEDORA por fax ou e-mail pela UNIFESSPA.
- 3.4. Com a retirada da Nota de Empenho, estará caracterizado o compromisso de fornecimento do objeto desta Ata.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO**

- 4.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, nos termos da lei.
- 4.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 4.3. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 4.4. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.5. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.6. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.6.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.7. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a UNIFESSPA convocará as demais empresas com preços registrados, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço, hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
- 4.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Compras e Serviços da UNIFESSPA – DCS/UNIFESSPA.
- 4.9. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a UNIFESSPA poderá.
- 4.9.1. Liberar a empresa FORNECEDORA do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação tiver ocorrido antes do pedido de fornecimento.
- 4.9.2. Convocar os demais fornecedores remanescentes visando igual oportunidade de negociação.
- 4.10. Não havendo êxito nas negociações, a UNIFESSPA procederá à revogação do Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, mediante a realização de um novo procedimento licitatório.
- 4.11. Em havendo alterações desta Ata por parte da UNIFESSPA, que aumentem os encargos da empresa FORNECEDORA, a UNIFESSPA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, consoante previsto no art. 17 do Decreto nº 7.892/13.
- 4.12. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não poderá praticar preços realinhados sem a devida aprovação do pedido de realinhamento pela UNIFESSPA.
- 4.13. O pedido a que alude a cláusula anterior deverá ser protocolado e encaminhado ao DCS – Departamento de Compras e Serviços – devidamente instruído, com os respectivos comprovantes, para posterior análise e negociação.
- 4.14. Durante a análise do pedido, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não poderá suspender a entrega do material, devendo praticar os preços até então registrados, sob pena de sofrer as penalidades cabíveis.
- 4.15. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.15.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.15.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.15.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.15.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.16. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.14.1, 4.14.2 e 4.14.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.17. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.17.1. Por razão de interesse público; ou
- 4.17.2. À pedido do fornecedor.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DESTES REGISTROS DE PREÇO**



- 5.1. O Órgão gerenciador deste Registro de Preço será a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, UASG: 158718.

**6. CLÁSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

E por assim estarem juntas e avençadas, assinam o presente instrumento, em 01(uma) via original e 02 (duas) cópias, de igual teor, para todos os fins de direito e de justiça, na presença de duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Marabá-PA, ..... de ..... de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Reitor da UNIFESSPA  
P/ ÓRGÃO

P/ FORNECEDOR

**TESTEMUNHAS:**

RG nº:  
CPF nº:

RG nº:  
CPF nº:



**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº XXX/2017**

(Processo Nº 23479.003137/2017-84)

Pregão Eletrônico SRP nº 0XX/2017

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº**  
**...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO**  
**DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ -**  
**UNIFESSPA E A EMPRESA**  
**.....**

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote Especial, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.657.063.0001-80, doravante denominada de **UNIFESSPA**, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Pro Tempore, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, designado pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e CI nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) **.....** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **.....**, sediado(a) na **.....**, em **.....** doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **.....**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **.....**, expedida pela (o) **.....**, e CPF nº **.....**, tendo em vista o que consta no Processo nº **.....** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 16/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **EMPRESA (S) ESPECIALIZA (S) EM SERVIÇOS GRÁFICOS (CONFEÇÃO DE BANNERS, CARTAZES, CARTILHAS, FOLDERS, CRACHÁS, BLOCO DE ANOTAÇÕES, DOCUMENTOS EM GERAL), EDITORAÇÃO, COMUNICAÇÃO VISUAL E CONFEÇÃO DE CHAVES**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **...../...../.....** e encerramento em **...../...../.....**.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor total da contratação é de R\$ **..... (.....)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

#### **7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.1.6. Não manter a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;





9.2.3. Multa, a ser aplicada conforme o caso, de acordo com a tabela abaixo;

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Executar os serviços fora do prazo estabelecido.	1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do serviço não realizado, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Comportar-se de modo inidôneo.	2. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Fizer declaração falsa.	4. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Apresentar documentação falsa.	6. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	8. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 9. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 10. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	11. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total.	12. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 13. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
Inexecução parcial do objeto.	14. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (ano) ano. 15. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

9.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

9.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

9.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



9.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá-PA,

de

de 2017



---

***Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro***

Reitor da Unifesspa  
P/ CONTRATANTE

---

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

RG:

CPF:

---

RG:

CPF: